



## **GEOGRAFIA DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES A PARTIR DA REALIDADE CONCRETA DO ESTADO DO TOCANTINS<sup>1</sup>**

### **GEOGRAPHY OF SOCIAL LABOR DIVISION: CHARACTERISTICS AND SPECIFICITIES FROM THE CONCRETE REALITY IN THE STATE OF TOCANTINS**

**Hudson Nascimento de Sousa Filho** – UFPA – Amazônia – Brasil  
[hascimento329@gmail.com](mailto:hascimento329@gmail.com)

**Wemerson Cavalcante Lemos** – UFT – Araguaína – Brasil  
[lemos.c1992@gmail.com](mailto:lemos.c1992@gmail.com)

**Gabriel Henrique Macêdo de Araújo** – UFT – Araguaína – Brasil  
[gabriel94araujo@gmail.com](mailto:gabriel94araujo@gmail.com)

#### **RESUMO:**

Busca-se certa análise focada em apreender a totalidade resultado da dinâmica espacial animada pela divisão social do trabalho responsável por organizar a hierarquização entre lugares dada a materialização dos diversos modos de produção que se territorializam no espaço geográfico – máxime a problemática da monopolização abrangente em vigência de um modo de produção em dominância, o capitalista. Com tanto, objetiva-se construir compreensão síntese dos aspectos expressos na territorialização da divisão social do trabalho nas relações campo-cidade a partir das características e especificidades da realidade concreta do estado do Tocantins. Ora, o presente texto surge para compreensão de sabermos que encargos esse mais novo estado da federação brasileira “recebe” e “desenvolve” por fazer parte da fronteira agroindustrial de expansão da agricultura moderna, a do MATOPIBA, a partir de sua inserção nos anos 2015 até os dias atuais. Para isto, opta-se em capturar o movimento dialético (contraditório) que exprime a realidade concreta apreendida mediante análise geográfica da divisão do trabalho no Tocantins/Brasil/América Latina. Visto a lógica produtiva imperante, onde os países de capitalismo atrasado têm seu processo de desenvolvimento contido para a bonança dos países imperialistas, esta apenas pode ser resolvida com uma ruptura com a ordem capitalista estabelecida e a imposição de uma derrota ao imperialismo.

**Palavras-chave:** Diferenciação espacial. Divisão Territorial do Trabalho. Espaço geográfico tocantinense.

<sup>1</sup> Um ensaio inicial desta proposta foi apresentado e publicado nos anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), sediado na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) em Recife-PE, no mês de Novembro do ano de 2019.

---

**ABSTRACT:**

It seeks a certain analysis focused on apprehending the total result of the spatial dynamics animated by the social division of labor responsible for organizing the hierarchization between places given the materialization of the different modes of production that are territorialized in the geographical space - maximally the problem of comprehensive monopolization in force of a mode of production in dominance, the capitalist. The objective is to build a synthesis comprehension of the aspects expressed in the territorialization of the social division of labor in rural-city relations based on the characteristics and specificities of the concrete reality of the state of Tocantins. Now this text appears to comprehend that we know what charges this newest state of the Brazilian federation "receives" and "develops" for being part of the agro-industrial frontier of expansion of modern agriculture? that of MATOPIBA from its insertion in the years 2015 to the present day. To this end, we opted to capture the dialectical (contradictory) movement that expresses the concrete reality apprehended through a geographical analysis of the division of labor in Tocantins / Brazil / Latin America. In view of the prevailing productive logic, where the countries of backward capitalism have their development process contained for the bonanza of the imperialist countries; this can be resolved only by breaking the established capitalist order and imposing a defeat on imperialism.

**Key-words:** Spatial differentiation. Territorial Division of Labor. Tocantins geographic space.

---

## INTRODUÇÃO

“A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvida, as duas situações se apresentam, embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo” (SANTOS, 2006, p. 86). Mediante esses apontamentos introdutórios aqui indispensáveis, ressalta-se a necessidade de construção desta proposta interventora na discussão a respeito das relações campo-cidade pertinentes à divisão territorial do trabalho no estado do Tocantins.

Tal proposta surge para a compreensão dos encargos que esse mais novo estado da federação brasileira “recebe” e “desenvolve” por fazer parte da fronteira agroindustrial de expansão da agricultura moderna, a do MATOPIBA, desde a sua inserção no ano de 2015<sup>2</sup> até os dias atuais.

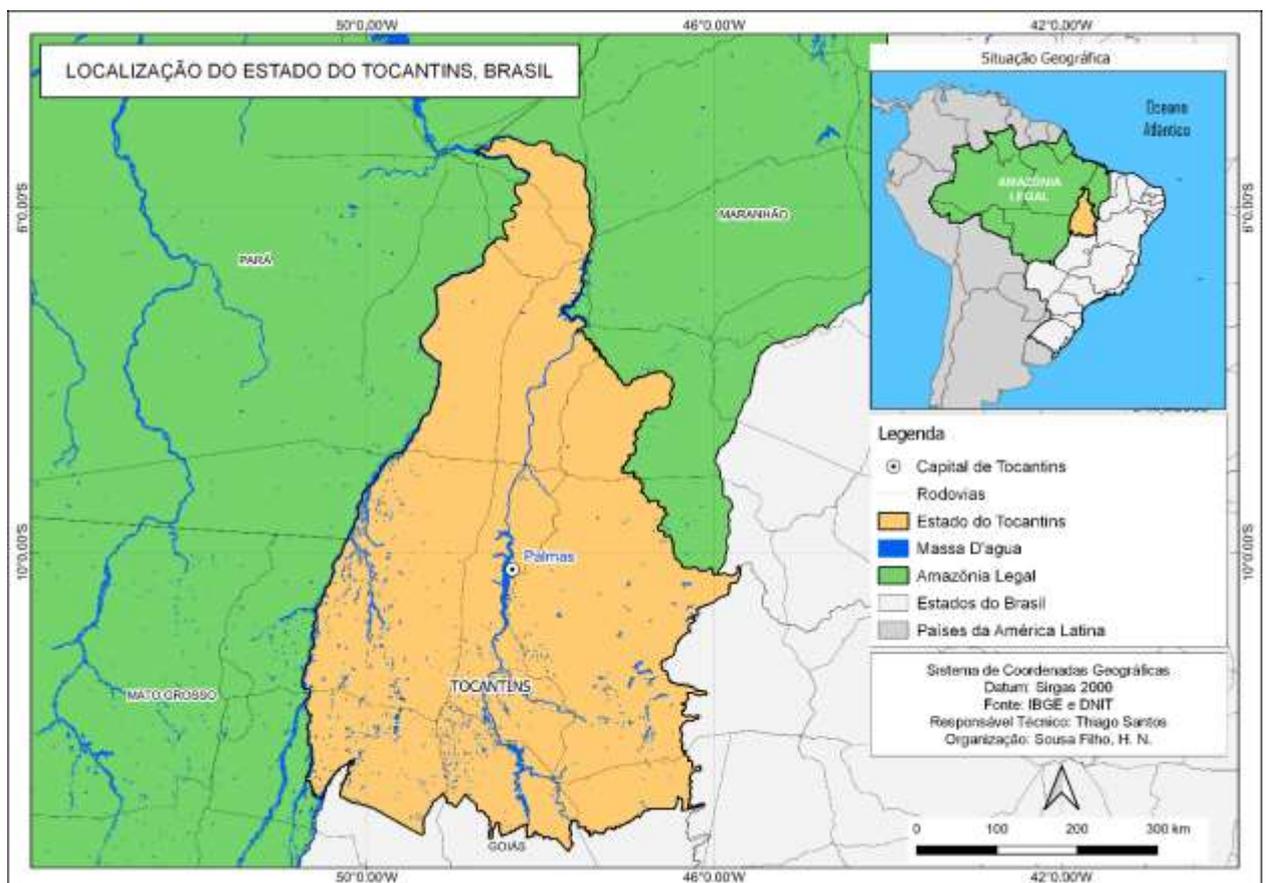
---

<sup>2</sup> Ano de implantação do decreto de n.º 8447 de 06 de Maio de 2015, que dispõe o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor.

Diante do exposto, a justificativa prévia deste ensaio é a pertinência em analisarmos a dinâmica da divisão social do trabalho territorialmente estruturada nas especificidades históricas sempre presentes no contexto em estudo quando se refere às características socioespaciais que a região supracitada já apresentava no século XVII: exponencial criação de gado em seus extensos campos cerrados, ao passo que a monocultura da cana se concentrava-se em regiões do nordeste.

Essa especificidade marca os traços hierárquicos da concentração fundiária no Brasil, perpetuando-se ainda hoje com certo tom de “hibridismo” (gado-grãos), o que nos leva a apresentar como objetivo, deste texto, a busca pelo entendimento dos aspectos expressos na territorialização da divisão social do trabalho nas relações campo-cidade a partir das características e especificidades da realidade concreta tocantinense, espacializada no mapa seguinte.

**Mapa 1- Localização do Estado do Tocantins, ênfase na região Amazônia Legal.**



Fonte: FIETO (2018).

---

Nesse sentido, Marx e Engels (2009), já em 1846, quando esboçavam as diretrizes teórico-metodológicas de seu método de compreensão do processo *ad aeternum* de automovimentação da matéria e seu dinamismo na particularidade da história material dos homens, compreenderam que a condição *sine qua non* para a existência e a consolidação da divisão socioespacial entre campo e cidade residia fundamentalmente na divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, sendo que, por conseguinte, tal ruptura só poderia existir em um quadro de estabelecimento da propriedade privada.

Tal processo transitório, em sua forma e conteúdo mais acabado, desemboca na submissão/expropriação do campo pela cidade, podendo ser “tomada como a divisão de capital e propriedade fundiária”, a qual consiste em abandonar as formas naturais e estamentais de capital até chegar ao capital industrial e financeiro, “uma propriedade que tem a sua base meramente no trabalho e na troca. Esse é o cerne do que Plekhanov (2006) destaca enquanto salto qualitativo histórico, em que o excesso quantitativo de mudanças nas relações sociais transborda e ocorre uma alteração abrupta na qualidade da coisa que, neste caso em específico, trata-se da reestruturação produtiva-reprodutiva na vida material dos homens em sua divisão socioespacial do trabalho.

O regime de submissão do campo à cidade – levado às raias da loucura (anarquia do mercado que tende ao monopólio) de seu desenvolvimento, sobretudo, na particularidade da divisão socioespacial do trabalho nos tempos atuais – fica nítido quando em mais de 111 países (a grande maioria de capitalismo atrasado, com economia fundamentada a partir do setor agrário) os direitos trabalhistas são retirados, a industrialização sofre retrocesso e os estrangeiros intensificam a aquisição de terras (ARAÚJO, 2018), relegando todo o terceiro mundo ao neocolonialismo e confirmando a seguinte citação: a “cidade é imediatamente, de fato, a concentração da população, dos instrumentos de produção, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão.”

A consolidação desse estágio de coisas, ou, em outras palavras, de submissão das nações de capitalismo atrasado e fundamentado na produção agrícola às nações de capitalismo monopolista (LÊNIN, 2012), só se tornou possível com o desenvolvimento

---

aprofundado do intercâmbio e da universalização do modo de produção capitalista, no qual a importação do novo modelo de sociedade e de produção era seguido de uma dependência (principalmente tecnológica, industrial e financiamento de maneira geral) perpétua sob todos os ângulos, gerando a subordinação e a divisão hierárquica do trabalho.

Quando já territorializada, essa divisão se expressa na hierarquização entre lugares. Tal movimento espacial se caracteriza pela polarização-descentralização desigual e combinada, atribuída aos diferentes lugares do mundo por meio de suas particularidades regionais únicas em sua totalidade, porém condizentes com os interesses particulares do modo capitalista de produção dominante no sistema político-econômico-social da modernidade concreta.

É da diferenciação entre os lugares, devido aos respectivos modos de produção atribuídos ao espaço geográfico de forma (combinada-desigual) regional, que tratamos aqui, mas com o olhar voltado ao domínio de tais especificidades presentes na práxis cotidiana de produção dos diferentes meios de vida no estado de Tocantins.

Conforme ressalta Milton Santos (2006, p. 84-92), em seu texto *Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho* presente como capítulo V de seu respectivo livro *A natureza do Espaço*, essa divisão territorial do trabalho – após criar uma hierarquia entre lugares –, consoante com sua “distribuição espacial”, “redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”.

## **DA DIVISÃO INTERNACIONAL (SOCIAL) DO TRABALHO**

Uma junção de textos e intervenções de Josef Vissarionovitch Stalin datados de 1924 constituem o livro *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, que nos fornece algumas premissas fundamentais e introdutórias para compreender o posicionamento do Brasil e, mais particularmente do estado de Tocantins, dentro da hierarquia social e internacional da dinâmica produtiva do estágio superior do capitalismo, o imperialismo. Isso se configura como uma compreensão marxista-leninista do chamado “capitalismo agonizante” (STALIN, 2018, p. 23) e das questões circunstanciais que cercam as nações de capitalismo atrasado.

---

Stalin, em um resgate de *As raízes históricas do leninismo*, destaca que “o imperialismo leva as contradições do capitalismo ao último termo, a limites extremos”. Dada essa situação, ele delimita três contradições principais para a compreensão desse fenômeno: a contradição entre o trabalho e o capital; a contradição entre os grupos financeiros e os países imperialistas, em uma briga por territórios e matérias-primas; e, por fim, a contradição entre os países imperialistas e os países coloniais e/ou dependentes.

Para interpretar a temática proposta no presente artigo, vamos nos valer da última contradição apontada acima. Stalin, a respeito dessa contradição, diz o seguinte:

O imperialismo é a exploração mais descarada, a opressão mais desumana de centenas de milhões de habitantes dos imensos países coloniais e dependentes. Extrair superlucros: eis o objetivo dessa exploração e dessa opressão. Mas, para explorar esses países, o imperialismo se vê obrigado a neles construir ferrovias, fábricas e usinas, a criar centros industriais e comerciais. A aparição da classe dos proletários, a formação de uma intelectualidade nacional, o despertar de uma consciência nacional, o fortalecimento do movimento de libertação: tais são os efeitos inevitáveis desta ‘política’ (STALIN, 2018, p. 24).

Portanto, mesmo compreendendo que há um “desenvolvimento desigual” entre as nações imperialistas e os países de capitalismo atrasado, em outras palavras, uma limitação impositiva desse “desenvolvimento desigual” por parte dos países imperialistas para com os do chamado terceiro mundo, é necessário ter em mente que há, antes de tudo, um dado desenvolvimento das forças produtivas, ainda que de forma limitada, nos países de capitalismo atrasado.

Logo, nesta pesquisa, convém apreendermos os aspectos teórico-metodológicos propostos por meio da perspectiva concebida no leninismo para iluminar os acontecimentos e características da divisão socioespacial do trabalho no estado do Tocantins na dada temporalidade de “capitalismo agonizante”.

Por conseguinte, Stalin, ao tratar sobre a *Questão Nacional e O movimento de libertação dos povos oprimidos e a revolução proletária*, expõe algumas teses, dentre as quais nos valeremos de apenas três para compreender a situação Brasileira dentro da lógica capitalista:

---

a) o mundo está dividido em dois campos: de um lado, um punhado de nações civilizadas, que detêm o capital financeiro e exploram a enorme maioria da população do globo; de outro, os povos oprimidos e explorados das colônias e dos países dependentes, que constituem esta maioria; b) as colônias e os países dependentes, oprimidos e explorados pelo capital financeiro, constituem uma imensa reserva e o mais importante manancial de forças do imperialismo; c) a luta revolucionária dos povos oprimidos dos países dependentes e coloniais contra o imperialismo é a única via pela qual podem libertar-se da ‘opressão e exploração’ (STALIN, 2018, p. 99).

Quanto ao primeiro aspecto, Stalin revela, de modo geral, que a questão da concorrência, em seu desenvolvimento, tende a percorrer o caminho em direção ao monopólio e ao imperialismo, refletindo os aspectos cruciais da lei da acumulação capitalista, dos resultados do endividamento perpétuo dos Estados Hospedeiros e da utilização de seus Estados Nações (Estados Imperialistas) enquanto executores da violência – meio para viabilizar esse determinado *status quo* de divisão em dois campos entre as nações de imperialistas e as de capitalismo atrasado.

No segundo aspecto, aponta-se uma necessidade imperiosa na dinâmica do imperialismo: a corrida pelas matérias-primas e pelos mercados consumidores para desaguar seus produtos. O terceiro, por sua vez, nos revela que a viabilização da soberania nacional nos países de capitalismo atrasado só será efetivada de fato a partir de uma ruptura com o imperialismo e o estabelecimento dos interesses nacionais.

Lênin (2012) em uma de suas colocações sobre as distinções do estágio anterior do capitalismo (concorrencial) para o atual (monopolista) sinaliza que, no primeiro, uma de suas características fundamentais se encontrava no imperativo da mera exportação de mercadorias; no segundo, o que impera são as exportações de capital. Essa questão é assinalada da seguinte maneira:

No limiar do século XX, assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados. [...] se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda parte enormemente atrasada em relação à indústria; se pudesse elevar o nível de vida das massas populares, que continuam marcadas – apesar do vertiginoso progresso da técnica – por uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este é o ‘argumento’ que os críticos pequeno-burgueses do capitalismo esgrimem sem parar. Mas então o capitalismo deixaria de ser

---

capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são condições e as premissas básicas e inevitáveis deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desse lucro através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade de exportação de capitais é determinado pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo “ter amadurecido excessivamente” em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para sua colocação ‘lucrativa’ (LÊNIN, 2012, p. 93-94).

Essa posição vantajosa das nações imperialistas se dá, em primeiro lugar, devido à posse de um determinado volume de acumulação mais robusto no plano econômico, o que leva ao segundo lugar, onde há uma maior influência no plano político (que é determinado pela “onipotência da riqueza”). Assim, supera-se as condições concorrenciais que anteriormente existiam no mercado e se consolida essa nova etapa superior da organização capitalista do sistema produtivo.

No que diz respeito a essa prática vantajosa, já consolidada e planificada nas relações econômico-políticas e de intercâmbio, que desemboca em um endividamento e uma dependência “eterna”, Lênin (2012, p. 97) destaca que:

É muito frequente que, entre as cláusulas do empréstimo, se estipule que parte do empréstimo concedido seja gasto em compras no país credor... A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações têm um caráter tal que, segundo o “eufemismo” de Schilder, beiram o suborno.

Tais questões e circunstâncias refletidas no dinamismo produtivo de um estado como o Tocantins, totalmente voltado para o extrativismo e para a exportação de *commodities*, são demonstradas em razão do foco de desenvolvimento econômico ficar totalmente voltado para o mercado industrial primário. Dessa forma, acha-se completamente à mercê dos países imperialistas e dos estados da Federação que desenvolvem produtos do setor secundário, bem como as chamadas indústrias leves e de inovação tecnológica, que são de alto valor agregado.

---

Dessa forma, apesar de haver um processo de proletarização muito claro em Tocantins, no sentido de existir tanto o crescimento das chamadas agroindústrias como também da grande urbanização (mais de 1/3 da população), esse desenvolvimento das forças produtivas locais é, de certa maneira, limitado e controlado conforme os interesses do estrangeiro.

### **TERRITORIALIZAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO: DA DIFERENCIAÇÃO HIERARQUIZADA ENTRE LUGARES**

O espaço geográfico é “uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria” (SANTOS, 2017, p. 104). Portanto, é *no* espaço geográfico e *pelo* espaço geográfico que se consolida o meio de produção e reprodução das relações de produção capitalista.

Logo, as forças produtivas não podem se definir apenas pela produção de objetos e “coisas” no espaço geográfico, mas pela própria produção do mesmo. Isso se deve ao simples fato de, hoje, o capitalismo não se apropriar somente das empresas e do mercado, mas do espaço geográfico como um todo (LEFBVRE, 1974).

Isso leva a uma análise total da realidade concreta da modificação do espaço geográfico pelo trabalho por meio de um exercício de totalidade; em busca da objetividade, do conflito entre os diferentes modos de produção que se apropriam do espaço geográfico (tocantinense, como caso aqui proposto). Ressalta-se, ainda, que, para o exercício citado, é necessário “[...] que partamos do fenômeno que se quer compreender para a realidade social global” a fim de obter dois resultados, conforme aponta M. Santos (2014, p. 95):

- “Um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo.”
- “Um melhor conhecimento do todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes.”

---

Seguindo a leitura que Marx (2008, p. 48) propõe, no segundo parágrafo de seu *Prefácio: de contribuição à crítica da economia política*, correspondendo à decisão de “[...] se elevar do particular ao global”, compreende-se que do local – particular – é dissolvido a rede do trabalho coletivo (horizontalidades), oposta às normas de ordem universal/global (verticalidades), ao mesmo tempo em que, do conflito entre essas distintas ordens de produção do espaço geográfico, surgem lugares diversos (SANTOS, 2017).

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema do mundo (SANTOS, 2017, p. 314).

A divisão do trabalho se territorializa de maneira “desigual e combinada” – dada a capacidade de recursos que determinado lugar/região comportar – enquanto processo de construção da hierarquização de lugares e processo de alienação do espaço geográfico e das ações a serem exercidas *no* e *pelo* mesmo. Diante dessas prerrogativas, é indispensável compreender que “[...] cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2009, p. 26).

A repartição de recursos é, entretanto, um fator indispensável à análise geográfica da divisão do trabalho por carregar em si a possibilidade de “ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 2017, p. 132).

É o valor atribuído a cada recurso e sua respectiva distribuição no lugar que determina a possibilidade de uso do mesmo enquanto fator condicionante e/ou condicionado no processo de territorialização da divisão social do trabalho. Visto que, fora dos lugares, por mais concretos que sejam, os recursos não passam de abstrações, tal distribuição de determinadas atividades, ou melhor, a “distribuição das totalidades de recursos” resulta da divisão do trabalho.

---

Há de se falar, também, dos tempos que compõem todo esse processo, pois cada momento histórico reformula a divisão do trabalho à moda de sua época. Em todo lugar e/ou subespaço uma nova divisão surge sem que as antigas deixem de existir por completo, podendo sofrer algumas adaptações.

Isso torna possível distinguir os lugares uns dos outros por estarem carregados de combinações específicas de temporalidade – o que se vincula diretamente à ideia de sobreposição de temporalidades no lugar –, pois cada “lugar, cada subespaço, assiste, como testemunho e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (SANTOS, 2017, p. 136).

Santos (2014, p. 24), em *Espaço e Método*, ainda diz que:

[...] cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica, e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica, do trabalho. [...] Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre lugares.

No fundo, são diferentes técnicas em si, portadoras de distinta “história embutida”, que se sobrepõem na combinação responsável por atribuir vida ao que temos chamado de *diferenciação espacial*, materialmente nítidas por meio da presença de rugosidades do espaço geográfico.

Nesse aspecto, torna-se indispensável a construção de uma análise a partir do “[...] papel das formas no processo social” (SANTOS, 2017, p. 139) de territorialização da divisão do trabalho, por ser a dimensão de “aspecto visível” de determinada coisa – arranjo de objeto ordenado a um padrão.

Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho. Como estas não se realizam independentemente dos fluxos, superpõem-se nele também diversos circuitos da produção. Criam-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com modernas formas de cultura e com novas formas de transporte e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 144).

---

A diferenciação entre lugares se torna a condição determinante da territorialização no processo de divisão do trabalho. “É neste último sentido que podemos dizer que cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do anterior” (SANTOS, 2017, p. 136). No caso de Tocantins, o estado é marcado pela especificidade de uma territorialização da divisão do trabalho na produção de gado e grãos, pois essa região, desde meados do século XVII, corresponde à zona dos campos cerrados propícios para a criação de bovinos, ao mesmo tempo em que a produção de cana-de-açúcar se concentrava em regiões de zona da mata.

Não obstante, qual é o tempo do presente criado pela divisão do trabalho no Tocantins? Que fatores convergem na produção do circuito espacial econômico gado-grãos e nas transformações do espaço agrário tocantinense? Quais temporalidades estão em conflito na formação da diferenciação espacial desse estado integrante total da região de abrangência político-econômica do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) MATOPIBA?

Vale lembrar, ainda, que – assim como os outros oito estados que formam a região político-econômica Amazônia Legal (determinada pela Lei 1.806 de 06/01/1953 que criou a, atualmente extinta, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) – Tocantins tem servido como fonte de recursos hidrominerais exportados pelo intercâmbio da soja e do gado, principalmente.

### **TERRITORIALIZAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO NO ESTADO DO TOCANTINS**

O trabalho formal e o não formalizado que se expressam no contexto tocantinense (conforme apontam os dados a seguir), dentro ou fora das relações específicas do pertencimento ao lugar, utilizam a venda da força de trabalho de camponeses e operários como meio de sobrevivência. Para mais, a fim de atender o mercado consumidor externo, nesse estado se manifesta um modelo econômico capitalista baseado na produção extensiva de produtos de ordem primária.

Como já mencionado, Tocantins é o estado mais novo da federação, e apresenta significativo crescimento e potencial econômico – apesar de que isso não signifique desenvolvimento social. O setor econômico mais difundido no estado é o do

---

agronegócio, prática de ordem primária que concentra a maior captação de recursos desse território.

A divisão do trabalho no estado, como produto das relações de produção e da concentração de forças produtivas, segue a mesma lógica. O trabalho se concentra, portanto, nos setores e nas cidades de maior prospecção para o capital de ordem primária e secundária, onde se localiza o maior número de trabalhadores não formalizados. Ressalta-se, ainda, que a infraestrutura advinda da produção de ordem secundária é apenas o mínimo para que se possibilite o fluxo produtivo da ordem primária.

O segmento de maior concentração de empregos formais está na indústria secundária (figura 1), que lidera a geração de empregos formais no Tocantins. Todavia, cabe destacar o fato de que, segundo o IBGE, mais de 100 mil trabalhadores não possuem carteira assinada nesse estado.

No Brasil, mais de 25% dos trabalhadores não tiveram registro formal em 2018 (IBGE, 2018); 91,8 milhões de trabalhadores estavam ocupados em 2018, sendo que 32,9 milhões não possuíam carteira assinada. Em comparação aos últimos 4 anos, os dados apontam uma redução de 10,1% de postos formais (IBGE, 2018), a qual está intimamente ligada ao golpe de 2016, em que o Partido dos Trabalhadores e seu programa nacionalista é fraudulentamente retirado do poder político, marcando um período de intensificação do desemprego, fenômeno reverberado em todos os estados do país.

Outra dimensão que precisa ser levada em consideração, pois tem provocado a redução dos postos de trabalho no campo, é a inserção de maquinário com tecnologia de ponta e controlado por computadores, o que tem causado a demissão de um número significativo de trabalhadores<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/20/emprego-no-campo-recua-com-tecnologia-e-mais-productividade.ghtml>>. Acessado em: 23/10/2020.

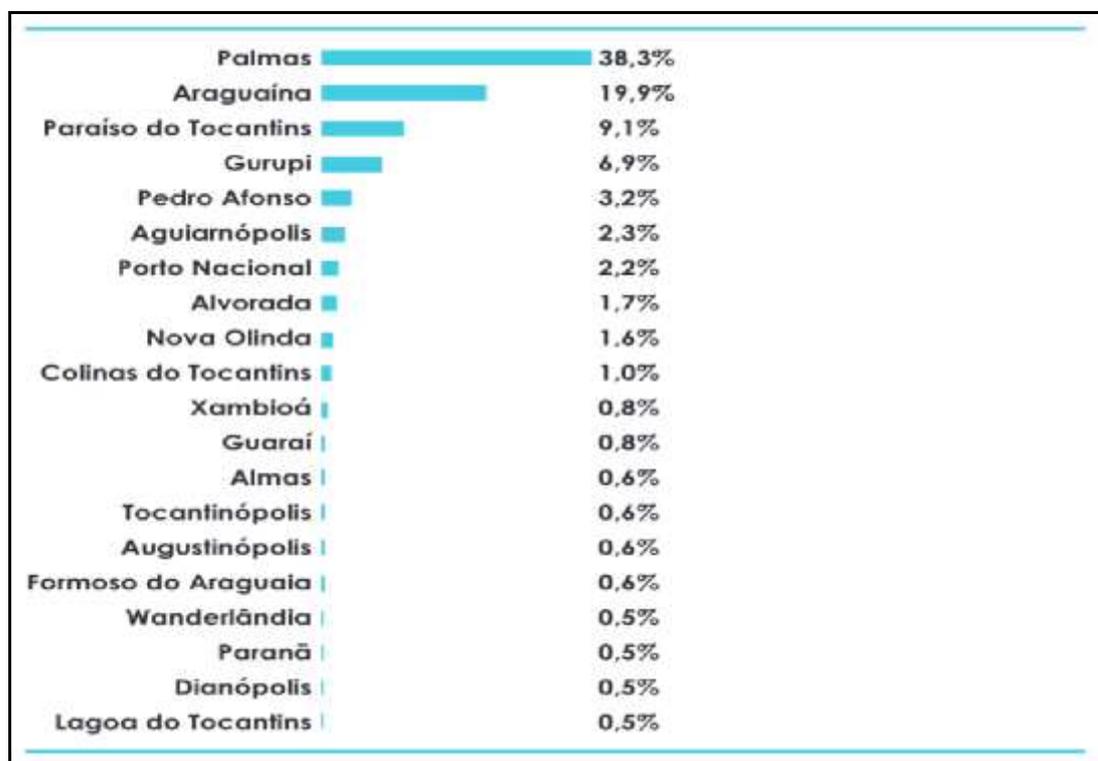
**Figura 1- Distribuição de Empregos por Segmento da Indústria- TO.**



Fonte: FIETO (2018).

Os dados da figura 2 (a seguir) expressam a Distribuição de Empregos Formais na Indústria e os 20 municípios que concentram o maior número de trabalhos formais. Trabalhadores informais também têm sua força de trabalho explorada pela indústria, porém não são formalizados, como é o caso das quebradeiras de coco, que são exploradas pela indústria, trabalhando na coleta de coco no cerrado e recebendo alguns centavos pelo quilo da fruta. Esses trabalhadores informais, que já eram invisíveis e não contabilizados nas estatísticas, ficaram ainda mais invisíveis a partir da reforma trabalhista que agravou esse tipo de relação de trabalho.

**Figura 2 – Os 20 municípios que concentram maior número de empregos formais na indústria- TO.**



Fonte: FIETO (2018).

As duas cidades com maior número de empregos formais na indústria em Tocantins desenvolveram o seu setor secundário para dar suporte ao setor primário. Essas cidades concentram, portanto, os principais serviços e aparatos técnicos fornecidos pelo setor secundário e possuem o maior nível de desenvolvimento no estado, fato que não impressiona, visto que a lógica do progresso capitalista faz com que os postos de trabalho formais se concentrem em cidades mais desenvolvidas. Tal realidade chega a ser contraditória, pois o mesmo espaço que concentra os trabalhadores formais em significativa escala, também abriga o número expressivo de trabalhadores informais.

**Figura 3 – Principais Produtos Exportados.**



Fonte: FIETO (2018).

Os dados da exportação de produtos primários (grãos) reverberam na dinâmica produtiva em torno do extrativismo e da produção de *commodities*, sendo os principais produtos exportados os grãos, as carnes e seus derivados. Os grãos lideram o *ranking* de exportação, expressando a soma de 239.913.304 (71%); em segundo lugar ficam as carnes e derivados, com 94.008.545 (28%); o terceiro lugar é dividido entre a exportação de couros e calçados, 4.440.923 (1%), e de outros produtos, 315.680 (0%) (FIETO, 2016).

Quando feita a comparação com dados mais atuais (figura 4), é fácil perceber a evolução dos principais produtos exportados, constatando-se que o crescimento dos produtos de ordem primária é significativo no período.

Entre os principais produtos exportados, a Soja permaneceu como o item mais exportado com 58% de participação. Ou seja, do total de aproximadamente US\$ 105 milhões em exportações, este produto alcançou US\$ 60 milhões. Em segundo lugar está a Carne Bovina com um total de US\$ 29 milhões, representando 27% de participação (TOCANTINS, 2018).

O fato é que a unidade federativa do Tocantins foi criada para atender ao agronegócio. A cada ano, o estado, que tem como bioma o cerrado, perde milhares de

hectares para as plantações de monoculturas e para a pecuária. Os dados expressando a grande produção de grãos e de carne exportadas comprovam isso.

É importante ressaltar que o contexto político também exerce grande influência sobre o modelo de produção exercida no estado, não é à toa que Tocantins possui grandes latifundiários no cenário político trabalhando para consolidar ainda mais o agronegócio como única forma de produção econômica desse território. Um exemplo disso é a crescente aquisição de terras pelos fundos do capital financeiro internacional que foi facilitada pelo governo Temer<sup>4</sup>.

**Figura 4 – Principais Produtos Exportados- TO.**



Fonte: REDE SIN (2018).

A figura 4 nos traz os principais produtos exportados (em US\$ milhões), dentre os quais 99% são de ordem básica e apenas 1% são industrializados, o que fortalece a afirmação do caráter econômico voltado a atender ao mercado externo imperialista.

Tal submissão fica evidente na medida em que quase toda a carne e os grãos produzidos no estado são exportados, ceifando a soberania alimentar de nosso país que, inclusive, está novamente inserido no mapa da fome<sup>5</sup>. Dentre os principais compradores

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127879>>. Acessado em: 20/09/2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>>. Acessado em: 23/10/2020.

de grãos de Tocantins, encontra-se a China (figura 5), que lidera os números de importação.

As estatísticas confirmam que a economia do estado está concentrada na produção de ordem primária, o que não é um processo isolado, pois o Brasil política e economicamente se comporta como um imenso celeiro de produção de *commodities* para os países de grande poder econômico.

**Figura 5 – Principais Parceiros Econômicos do Tocantins.**

| Destino   | US\$ Milhões | Participação (%) | Principais Produtos   |
|---|--------------|------------------|---|
| <br>China            | 693.828.466  | 67,41            | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens; peles (exceto com pelo) e couros |
| <br>Espanha          | 62.496.310   | 6,07             | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens; cereais.                         |
| <br>Hong Kong      | 47.727.687   | 4,64             | Carnes e miudezas comestíveis; outros produtos de origem animal não especificados nem compreendidos em outros capítulos.                                  |
| <br>Tailândia      | 29.371.129   | 2,85             | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens                                   |
| <br>Arábia Saudita | 29.298.313   | 2,85             | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens; carnes e miudezas comestíveis    |

Fonte: REDE SIN (2018).

A evolução do comércio exterior tocantinense expressa que, sob comando direto ou indireto do imperialismo<sup>6</sup>, os países de capitalismo atrasado estão no plano da divisão internacional do trabalho como subservientes das necessidades dos países de capitalismo consolidado. Isso fica evidente na figura 5 que mostra os principais países com que Tocantins se relaciona comercialmente, sendo essa relação pautada na exportação de produtos primários.

<sup>6</sup> É preciso salientar que a China não se configura como país imperialista, pois se trata de uma nação em desenvolvimento e que possui uma política externa de não intervenção nos assuntos políticos internos dos outros países, pautando-se sempre pelo multilateralismo e pelo princípio de autodeterminação dos povos.

---

Os dados apresentados demonstram, de forma geral, que as atividades produtivas rurais são a fonte primária de comercialização do estado e que os trabalhadores não formalizados são produto das relações desiguais criadas pelo modelo capitalista econômico consolidado em Tocantins: a produção de gado e soja e sua exportação para grandes potências econômicas como China, Espanha e outras.

Por fim, a evolução da exportação de produtos de ordem primária no Tocantins é acompanhada do grande número de trabalhadores não formalizados no setor agrícola. Esses trabalhadores têm sua força de trabalho explorada e, por mais que não sejam formalizados, são a base fundamental do agronegócio no estado. São exemplos dessa relação os pequenos produtores que vendem sua produção para os grandes produtores por preços abaixo do mercado e os trabalhadores “encostados” sem vínculo formalizado, movimento resultante da institucionalização do trabalho intermitente e temporário, que coloca a frequente necessidade de institucionalizar e torna regra o trabalho por diária.

## **CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES À COMPREENSÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO NO TOCANTINS**

No dia 12 de março de 2020 foi realizada a aula inaugural da 4ª turma do Curso de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) na cidade de Araguaína, com a temática “Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia Legal”<sup>7</sup>. Dentre os palestrantes, encontrava-se o Professor Nilton Marques de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do Curso de Ciências Econômicas, ambos da UFT.

Nilton de Oliveira (2020), em sua exposição oral, trouxe o seguinte tema principal: “Desenvolvimento Regional do Tocantins: que direção estamos indo?”. Sua intervenção foi de extrema importância para complementar a pesquisa que aqui apresentamos e enriquecer nosso conjunto de informações quantitativas e qualitativas

---

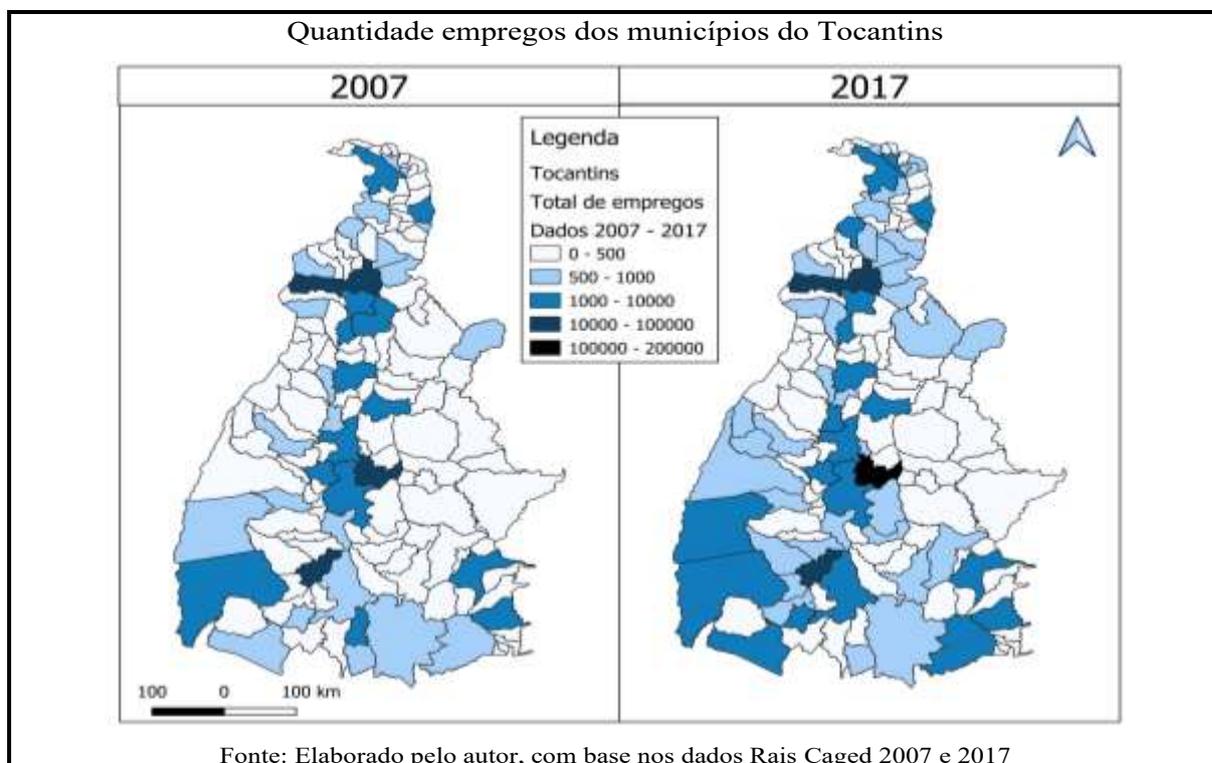
<sup>7</sup> Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26994-politicas-publicas-e-desenvolvimento-na-amazonia-legal-e-tema-de-mesa-redonda-na-aula-inaugural-do-ppgdire>>. Acessado em: 28/10/2020.

referentes às peculiaridades características na divisão do trabalho em Tocantins, bem como a divisão territorial do trabalho no estado.

Fundamentado em dados fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 2007 e 2017, Oliveira (2020) trouxe uma série de apontamentos estatísticos que nos permitem ter um diagnóstico aproximado da divisão socioespacial do trabalho na particularidade tocantinense. Entre as peculiaridades que precisam ser destacadas aqui, encontram-se as informações sobre como a questão de gênero e as taxas de escolaridade e de renda dos trabalhadores se refletem na divisão do trabalho.

Em relação à divisão territorial do trabalho, ficou constatado que 10 municípios concentram 75% dos postos de trabalho e, em sua maioria, encontram-se localizados no centro de estado, conforme será mostrado pela figura 6. O total de empregos em 2007 era de 203 mil, ao passo que em 2017, dez anos depois, o número subiu para 279,4 mil.

**Mapa 2 – Divisão Territorial do Trabalho no Tocantins.**



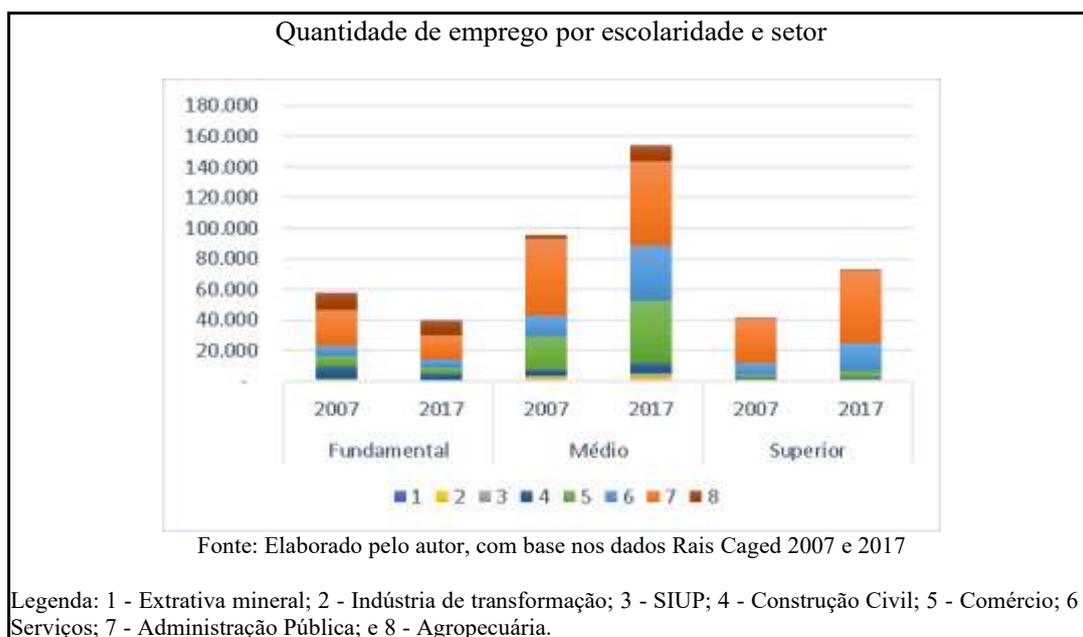
Fonte: Nilton de Oliveira (2020).

No tocante a questão de gênero na divisão do trabalho em Tocantins, de acordo com Oliveira (2020), as mulheres, no ano de 2007, representavam 44,3% do total de postos de trabalho (89,9 mil), sendo que 69,1% desse total se encontrava no setor da administração pública (62,1 mil). Em 2017 esse número teve um leve crescimento, passando para 45,2% (126,4 mil) no total de empregos. Em contrapartida, a participação das mulheres nos postos de trabalho da administração pública teve uma significativa queda, passando para 56,2% (71,1 mil).

Em relação ao reflexo da taxa de escolaridade na divisão do trabalho no estado, constata-se, a partir dos dados fornecidos por Oliveira (2020), que em 2007 o percentual de trabalhadores com ensino fundamental era de 31,2%; com ensino médio era de 48,9%; e com ensino superior apenas 19,9%. Esses números sofreram significativa transformação no ano de 2017, passando a ser 15,6% (fundamental), 58,3% (médio) e 26,2% (superior).

A fim de fazermos uma análise mais detalhada sobre a questão do número de empregos por escolaridade e por setor da economia, comparando duas temporalidades distintas (2007 e 2017), apresentamos a figura 7 (a seguir) para uma melhor compreensão dessa particularidade.

**Figura 7 – Número de empregos por escolaridade e por setor da economia.**



Fonte: Nilton (2020).

Em relação ao fator renda, Oliveira (2020) constatou que em 74,6% dos empregos no Tocantins a renda dos trabalhadores chega, no máximo, a três salários mínimos. A figura 8, a seguir, apresenta dados dos anos de 2007 e 2017 sobre os empregos de acordo com a renda e como isso se reflete nos setores (cf. legenda na figura) da economia do estado.

**Figura 8 – Empregos por renda e setor da economia.**

Quantidade de emprego por faixa renda e setor

| Ano<br>Setores | 2007           |             |               |             |               |             |
|----------------|----------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
|                | Até 3 SM       | %           | 3 a 7 SM      | %           | 7 ou mais SM  | %           |
| 1              | 687            | 0%          | 107           | 0%          | 22            | 0%          |
| 2              | 11.453         | 8%          | 575           | 1%          | 105           | 1%          |
| 3              | 1.247          | 1%          | 1.143         | 3%          | 447           | 3%          |
| 4              | 10.354         | 7%          | 1.748         | 5%          | 585           | 5%          |
| 5              | 28.312         | 19%         | 1.868         | 5%          | 265           | 2%          |
| 6              | 20.655         | 14%         | 3.940         | 10%         | 2.606         | 20%         |
| 7              | 66.221         | 44%         | 28.755        | 74%         | 8.908         | 69%         |
| 8              | 12.398         | 8%          | 495           | 1%          | 59            | 0%          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>151.330</b> | <b>100%</b> | <b>38.631</b> | <b>100%</b> | <b>12.997</b> | <b>100%</b> |
| Ano<br>Setores | 2017           |             |               |             |               |             |
|                | Até 3 SM       | %           | 3 a 7 SM      | %           | 7 ou mais SM  | %           |
| 1              | 748            | 0%          | 195           | 0%          | 81            | 0%          |
| 2              | 14.393         | 7%          | 1.340         | 3%          | 200           | 1%          |
| 3              | 1.988          | 1%          | 827           | 2%          | 307           | 2%          |
| 4              | 10.022         | 5%          | 1.276         | 2%          | 289           | 1%          |
| 5              | 45.332         | 22%         | 3.162         | 6%          | 359           | 2%          |
| 6              | 47.305         | 23%         | 8.233         | 16%         | 4.199         | 22%         |
| 7              | 69.807         | 33%         | 35.213        | 69%         | 13.790        | 71%         |
| 8              | 19.088         | 9%          | 1.154         | 2%          | 139           | 1%          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>208.686</b> | <b>100%</b> | <b>51.400</b> | <b>100%</b> | <b>19.364</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados Rais Caged 2007 e 2017

Legenda: 1 - Extrativa mineral; 2 - Indústria de transformação; 3 - SIUP; 4 - Construção Civil; 5 - Comércio; 6 - Serviços; 7 - Administração Pública; e 8 - Agropecuária. Salários Mínimos -SM

De acordo com o último Censo Agropecuário, realizado em 2017, a soma do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários é de 204.430 pessoas, sendo que 72% (147.460 pessoas) possui laços de parentesco com o produtor e 28% (56.970) não possui laços de parentesco. Dentre os que possuem laços de parentesco, 36% (53.308) são mulheres e 64% (94.152) são homens; dos que não possuem laços de parentesco, 59% (33.808) são permanentes, 37% (20.860) são temporários e 4% (2.302) são parceiros.

---

O número de estabelecimentos agropecuários corresponde a um total de 63.808, sendo 16% de mulheres e 84% de homens. Desses, 31,25% são de pessoas brancas, 13,55% de pessoas pretas, 53,33% de pessoas pardas, 0,86% de pessoas amarelas e 1,01% de pessoas indígenas.

Entre esses estabelecimentos, podemos encontrar o de Galináceos, com efetivo do rebanho de 7.098 (x1000) cabeças e com a produção de ovos em 22.228 (x1000) dúzias; de Bovinos, com efetivo do rebanho corresponde a 6.477.537 cabeças e a quantidade de leite produzida somando 236.544 (x1000) litros; e, por fim, os Suínos, com efetivo do rebanho representando 286.173 cabeças.

Segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) na Região Norte do país só existe em dois estados: Pará (PA) e Amazonas (AM). Nesse sentido, observando que o Censo Agropecuário ocorreu em 2017 e que a PIM não alcança o Tocantins, podemos afirmar que há uma determinada debilidade dos organismos institucionais responsáveis por mensurar esses aspectos da produção tão necessários para haver uma melhor compreensão da realidade concreta.

O Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continua (PNAD-Continua), segundo dados fornecidos pelo SIDRA, aponta que a população tocaninense, no terceiro trimestre de 2018, era de 1.545 milhão de habitantes, passando para 1.596 milhões de habitantes já no terceiro trimestre de 2021.

As pessoas com 14 anos ou mais representavam, no terceiro trimestre de 2018, o total de 1.201 milhão de pessoas, chegando a 1.235 milhão durante o terceiro trimestre de 2021. Desse total, no referido trimestre em 2018, 643 mil correspondia ao número de ocupados, 488 mil estavam fora da força de trabalho e 70 mil se encontravam desocupados. Já no mesmo período de 2021, esse número era, respectivamente, de 676 mil (ocupados), 477 mil (fora da força de trabalho) e 82 mil (desocupados).

Das pessoas com ocupação no terceiro trimestre de 2018, 155 mil se encontrava no setor privado, com carteira assinada, recebendo uma média salarial de R\$1.790,00; 91 mil não tinha carteira assinada e recebia, em média, R\$1.158,00. Em 2021, no terceiro trimestre, 169 mil pessoas estavam com carteira assinada e recebendo uma

---

média salarial R\$1.921,00; por sua vez, 89 mil pessoas não possuíam carteira assinada e recebiam a média de R\$1.575,00.

Em relação ao trabalho doméstico, no terceiro trimestre de 2018, 55 mil pessoas ganhavam, em média, R\$807,00, ao passo que no mesmo período do ano de 2021, esse número era de 50 mil recebendo uma média de apenas R\$654,00.

O setor público apresenta um melhor quantitativo de média salarial até aqui. Entre os servidores estatutários e militares, 145 mil recebiam, em média, R\$3.616,00 até o terceiro trimestre de 2018, enquanto 149 mil, em 2021, receberam R\$3.130,00.

Os empregadores também entram nestas estatísticas, representando 20 mil pessoas com a média de ganho em R\$7.200,00, no terceiro trimestre de 2018, e 29 mil pessoas com R\$8.185,00, no terceiro trimestre de 2021. Das pessoas que trabalhavam por conta própria, 163 mil apresentavam ganho de R\$1.592,00, no terceiro trimestre de 2018, com salto para um número de 183 mil pessoas, no mesmo trimestre do ano de 2021, recebendo R\$1.540,00.

O trabalhador familiar auxiliar saiu de 10 mil pessoas, em 2018, para 16 mil, em 2021, não sendo mencionado, contudo, o valor da média salarial na pesquisa.

Nos segmentos de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, o número de pessoas foi de 94 mil, recebendo R\$1.597,00, para 103 mil, recebendo R\$2.064,00. Dessa maneira, notamos que há uma enorme diferença entre a constatação da PNAD-Continua e do Censo Agropecuário de 2017 em relação ao número de pessoas empregadas nesse segmento.

Na indústria geral, o número de trabalhadores era de 34 mil recebendo R\$1.598,00 no período do terceiro trimestre de 2018, passando para 38 mil com recebimento de R\$1.521,00 durante esse trimestre no ano de 2021. Já na indústria da construção, 52 mil pessoas recebiam a média de R\$1.645,00, número que mudou para 67 mil recebendo R\$1.440,00, de acordo com os dados do terceiro trimestre dos anos de 2018 e 2021, respectivamente.

Nos segmentos do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, houve uma redução de 123 mil trabalhadores (2018) para 113 mil (2021) recebendo, respectivamente, R\$1.754,00 e R\$1.877,00. O setor de transportes se manteve com 21

---

mil pessoas recebendo R\$2.233,00 (terceiro trimestre de 2018) e R\$1.631,00 (terceiro trimestre de 2021), havendo oscilações nos números de empregados durante esse recorte temporal. Na atividade de alojamento e alimentação, os trabalhadores, que correspondiam ao total de 39 mil recebendo R\$1.991,00, passaram para 36 mil recebendo R\$1.505,00.

Acerca das atividades de informação e comunicação, bem como das atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, registrou-se um número de 37 mil trabalhadores recebendo a média de R\$2.627,00, o qual saltou para 62 mil, com recebimento de R\$4.041,00.

Nas ocupações relacionadas à administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, o número de trabalhadores era de 161 mil recebendo, em média, R\$3.513,00, tendo leve queda para 160 mil com recebimento de R\$3.119,00. Quanto aos outros serviços, o número, que era de 28 mil pessoas recebendo R\$1.611,00, desceu para 26 mil recebendo R\$1.797,00.

Diante do exposto, vemos que o rendimento médio efetivo em todos esses segmentos decaiu de R\$2.251,00, no terceiro trimestre de 2018, para R\$2.217,00, no terceiro trimestre de 2021.

Houve redução na média salarial em 8 segmentos: Trabalhador Doméstico; Empregado do Setor Público (inclusive estatutário e militar); Trabalhador por Conta Própria; Trabalhador da Indústria Geral; Trabalhador da Construção; Trabalhador do Transporte, Armazenagem e Correios; Trabalhador de Alojamento e Alimentação; e Trabalhador da Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços sociais.

Os segmentos que apresentaram aumento salarial foram 5, são eles: Empregador; Trabalhador da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Trabalhador do Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Trabalhador da Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas; e, por fim, Trabalhador da Atividade de Outros Serviços.

---

Embora esta seja uma pesquisa inicial, foi possível observar, já durante as etapas de elaboração da proposta apresentada e de coleta dos dados referentes ao mundo do trabalho no Tocantins, que o processo de divisão socioespacial do trabalho nesse estado é proveniente das relações capitalistas de produção e exploração.

O estado tocantinense foi criado para ser um grande território produtor de *commodities* e atender ao imperialismo internacional. Nesse sentido, a distribuição do trabalho segue subordinada à dominação dos países desenvolvidos, em que as dicotomias provenientes desse processo também se materializam no mais novo estado da Federação.

Esse processo se reflete na diminuição dos postos de trabalho formalizado, porém os que são criados estão cada vez mais proletarizados e informais diante do cada vez mais presente processo de retirada de todo e qualquer meio de produção das mãos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Ademais, Tocantins, inserido no quadro particular de Unidade Federativa de uma nação de capitalismo atrasado, que é a República Federativa do Brasil, imerso nos parâmetros teórico-metodológicos delimitados por Marx, Engels, Lênin e Stalin, os quais foram transportados para este trabalho, encontra-se relegado ao status de celeiro do celeiro.

A pouca variabilidade de seus setores econômicos, se comparado com outras regiões (que apesar de se destacarem no comparativo com o Tocantins, ainda ficam para trás das metrópoles dos países imperialistas), deve-se à sua condição de estado relegado ao extrativismo e às indústrias primária e secundária de baixo valor agregado, imposta pela característica da sociedade capitalista onde o desenvolvimento é desigual. Isso, evidentemente, possui essa pedra no sapato que se torna um entrave, tanto para a formalização dos postos de trabalho como, também, para o desenvolvimento do setor de indústrias finas e de tecnologia de ponta, com significativo valor agregado.

Essa lógica, na qual os países de capitalismo atrasado têm seu processo de desenvolvimento contido para garantir a bonança dos países imperialistas, apenas pode ser resolvida mediante uma ruptura com a ordem capitalista estabelecida e por meio da imposição de uma derrota ao imperialismo.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. H. M. **Contra-reforma trabalhista**: reflexo da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível d'o capital. Araguaína-TO: Universidade Federal do Tocantins, 2018. (Monografia).

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. La produccion del espacio. **Papers**: revista de sociología, 1974, p. 219-229.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-274.

MARX, K. Prefácio: de Contribuição à crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 47-52.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PLEKHANOV, G.V. Os "Saltos" na Natureza e na História. **Biblioteca Marxista Virtual do Partido da Causa Operária**, 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/plekhanov/ano/mes/saltos.htm>>. Acessado em: 28/09/2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

STALIN, J.V. **Sobre os Fundamentos do Leninismo**. 2 ed. Edições Nova Cultura, 2018.

TOCANTINS. Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócio. Cin. **Balança comercial do Tocantins**: 1º Trimestre. Tocantins, 2018. Disponível em: <<http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=56a9cdae-a8ad-427a-b979-101dbd604c97>>. Acesso em: 31 out. 2019.

---

**Hudson Nascimento de Sousa Filho** – Geógrafo Licenciado atuando como professor efetivo das disciplinas de Geografia e Estudos Amazônicos, pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Altamira-Pará. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Especialização em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários (concluindo), Especialização: Práticas de Ensino de Geografia e Estudos Amazônicos (cursando). Membro atuante em Ensino, Pesquisa e Extensão no Laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos (LEADH) situado na Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Araguaína, e no Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM) vinculado ao Câmpus de Altamira da Universidade Federal do Pará. Atualmente construindo pesquisas com estudos voltados ao Ordenamento Territorial da Amazônia (Legal) correspondente aos estados do Pará e Tocantins, bem como também às práticas de Ensino de Geografia e Estudos Amazônicos engendradas no território amazônica.

**Wemerson Cavalcante Lemos** – Graduação em andamento em Geografia. Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil. Bolsista do(a): Pró reitoria de assuntos estudantis, PROEST, Brasil. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos (LEADH - UFT).

**Gabriel Henrique Macêdo de Araújo** – Possui graduação em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins (2018). Foi professor do Instituto de Ensino Superior (IDESP - Educacional) nas disciplinas de Cooperativismo e Associativismo Rural e Análise das Cadeias Produtivas da Carne em 2019/1. Assessor Político do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Pós-graduando em Especialização em Política e Sociedade pela FAEL.

---

Recebido para publicação em 25 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 17 de novembro de 2021.

Publicado em 16 de março de 2022.